

Haiti 2004-2017: de volta ao futuro*

Monica Hirst**

Em abril de 2017, o Conselho de Segurança da ONU (CS) reuniu numa mesma Resolução (2350) a decisão de término da MINUSTAH e de início da MINUJUSTH, com duração prevista de dois anos¹. A conclusão da Missão no Haiti se dá na mesma época da finalização da UNOCI na Costa do Marfim e da UNMIL na Libéria. A retirada da MINUSTAH vem sendo esperada a vários anos, tendo já sido planejada antes do terremoto de 2010. Apenas no caso haitiano foi definida a criação de uma missão substituta, que se concentrará nas tarefas de concluir a formação da força policial haitiana e consolidar o sistema local de justiça e proteção aos direitos humanos. A delimitação de seu mandato quanto a atribuições e duração revela certa incoerência com a determinação de que a nova missão funcione sob o capítulo VII da Carta da ONU, o que implica continuar considerando a realidade haitiana uma ameaça à paz e segurança mundial.

Uma página virada no Conselho de Segurança

A reconfiguração da intervenção da ONU no Haiti suscita de imediato duas questões. A primeira relativa ao desempenho da MINUSTAH pelos países que a integraram, sobretudo o grupo latino-americano. Uma segunda problemática refere-se à natureza da missão substituta; as expectativas e apreensões geradas por seu mandato. Enquanto o primeiro tema tende a manifestar-se nos âmbitos de discussão e análise dos contribuintes de tropas, o segundo passou a constituir o novo eixo de vinculação entre a realidade haitiana e os espaços de governança global – especialmente o Conselho de Segurança e a Comissão de Direitos Humanos.

*Este texto corresponde ao capítulo final do livro “Les temps nouveaux et les relations entre l’Amérique Latine et Haiti” ed. CIDICHA, Montreal (no prelo)

**Professora titular do Departamento de Economia e Administração da Universidad Nacional de Quilmes.

¹ As autoridades designadas para a condução da MINUJUSTH foram: Mamadou Diallo - procedente da Guiné - como representante do Conselho de Segurança e Geroge-Pierre Mondotte - procedente da França - como Chefe das Forças Policiais. Disponível em: <<https://minujsth.unmissions.org/en>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

Durante as reuniões no CS para a aprovação da Resolução 2350 e de seu acompanhamento, até a dissolução da MINUSTAH, foi posto em evidência o caráter controvertido de suas disposições. Mostrou-se uma coincidência entre as apreensões de membros permanentes do Conselho, como a Rússia e a China e representantes latino-americanos quanto à manutenção do uso do capítulo VII para lidar com a realidade haitiana. Questionou-se esta decisão em vista de tratar-se de uma missão cujas tarefas se associam a defesa dos direitos humanos e o estado de direito, que não deveriam implicar o uso da força para o seu cumprimento.² Os integrantes latino-americanos manifestaram sua surpresa quanto a decisão repentina do Conselho de incluir novo artigo – o n. 18 – na resolução, o qual não condizia com os conteúdos previamente acordados.³ Foram feitas críticas contundentes à linguagem empregada no texto, agregado à resolução de último momento, quando se refere aos métodos de ação contemplados frente a situações consideradas ameaçadoras. As alterações de último momento foram justificadas pelos Estados Unidos, que utilizou a prerrogativa de sua presidência do Conselho para fazê-las. Desta forma, foi incorporada ao mandato da nova missão no Haiti a dureza dos posicionamentos internacionais da administração Trump, manifestada repetidamente nos âmbitos da ONU. Ao mesmo tempo, calava-se a voz do Grupo de Amigos do Haiti, que atuara durante os 13 anos de duração da MINUSTAH, para definir e rever os parâmetros de seu mandato.⁴

Novos debates tiveram lugar no Conselho após a aprovação da Resolução, nos quais foram suscitados outros aspectos preocupantes. Mencionam-se três pontos: o seu período de duração, a omissão do combate a cólera no seu mandato e a sua articulação ao plano estratégico 2017-2021 da Polícia Nacional Haitiana (PNH).⁵ Sobre a expectativa de vida da MINUJUSTH, questiona-se a determinação prévia de dois anos de permanência, considerada por alguns países, como

² A MINUJUSTH (Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti) estará composta de até sete unidades policiais, com 980 funcionários e 295 oficiais. Ver: CSONU- SC/7924 meeting, SC /12794 13/04/2017.

³ Res. 2350, art.18: *Salve la détermination dont font preuve les pays fournisseurs de contingents et d'effectifs de police dans l'exécution des mandats de l'Organisation des Nations Unies dans des environnements difficiles, et, à cet égard, souligne combien il importe de régler des questions telles que les restrictions nationales non déclarées, l'absence de direction et de commandement efficaces, le refus d'obéir aux ordres, l'inaction face aux attaques perpétrées contre des civils et l'insuffisance des équipements, qui risquent de compromettre l'exécution efficace des mandats.* Disponível em: <www.un.org/fr/peacekeeping/missions/minustah/resolutions.shtml>. Acesso em: 05 nov. 2017.

⁴ O Grupo dos Amigos do Haiti está formado principalmente por países latino-americanos contribuintes de tropas para a MINUSTAH, como Argentina, Brasil, Chile, Peru, Uruguai, Bolívia, Colômbia e Guatemala. Para um balanço de sua atuação no CS, ver: (Fontoura; Uziel, 2017).

⁵ Ver CSONU S/PV.8005, de 18/07/2017.

precipitada e contraproducente. Já a insistência de continuidade de ações de segurança sanitária, deve-se às evidências quanto ao esforço ainda inconcluso, de combate à cólera no território haitiano. O ponto relativo à formação policial corresponde ao de maior complexidade e incerteza, por depender de avanços e capacidades das próprias autoridades haitianas articuladas à vontade política do atual governo.⁶ Prevendo contar com uma força policial de 15 mil homens, a PNH deverá consolidar-se como o principal sustentáculo da segurança interna haitiana. Para alcançar esta meta o apoio econômico dos Estados Unidos é considerado crucial, já que cobre em quase 30% os gastos envolvidos.⁷

Uma última passada em revista da MINUSTAH foi realizada no Conselho de Segurança às vésperas de seu encerramento. Nesta ocasião as posições discordantes latino-americanas voltaram a se manifestar, com foco em três questões: i) a necessidade de que a ONU se fizesse responsável por um plano de reparação ao Haiti pelo impacto da epidemia de cólera – enfaticamente demandada pelo Grupo de Amigos do Haiti,⁸ ii) apreensão frente a decisão do governo haitiano de promover a reorganização das FFAA no país – preocupação expressa pelo Uruguai, iii) discordância quanto à manutenção da MINUJUSTH sob o capítulo VII – manifestada pela Bolívia.⁹ O último ponto foi reforçado pelo próprio governo haitiano para o qual as tarefas da nova missão deveriam ser compreendidas apenas como atividades de “cooperação técnica”.¹⁰

Desde um prisma regional

O término da MINUSTAH foi notavelmente contrastante com o seu início no que se refere à coordenação política regional. Desde o terremoto de 2010, a marca latino-americana da missão perdeu nitidez, tornando-se ainda mais difusa no contexto de fadiga que a MINUSTAH atravessou nos anos finais. O desgaste da presença militar agravado pela epidemia da cólera e os repetidos incidentes de violação de direitos humanos levou a que as retiradas de cada contingente obedecesse

⁶ Idem

⁷ Disponível em: <<https://www.newyorker.com/news/news-desk/a-new-chapter-for-the-disastrous-united-nations-mission-in-haiti>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

⁸ Em outubro de 2016, o Secretário-Geral, Ban Ki-moon, criou “United Nations Haiti Cholera Response Multi-Partner Trust Fund”, sob a chancela do PNUD. Em seu relatório de 2016, os recursos totais do Fundo eram de US\$ 638.100, provenientes de um único doador, a França. Já em 2017 2 milhões de dólares se somaram ao fundo recursos, provenientes de 16 doadores dos quais três eram latino-americanos: Cuba, Uruguai e Chile. Disponível em: <<http://mptf.undp.org/factsheet/fund/CLH00>>. Acesso em: 25 out. 2017.

⁹ CSONU S/PV.8058, de 12/10/2017.

¹⁰ idem

mais às lógicas políticas de cada país do que a uma ação concertada latino-americana (Hirst, 2016a). Esta dispersão, entretanto, se deveu mais ao contexto de fragmentação política na América Latina do que a divisões e rivalidades militares. Muito pelo contrário, para as FFAA da região a experiência em solo haitiano gerou um sentido de compartilhamento vinculado a novas capacitações.

A experiência no Haiti representou um ponto de reflexão para os militares latino-americanos no que se refere a seu contato e desenvolvimento de destrezas logísticas em contextos de crise humanitária (Hirst, 2017). O envolvimento de contingentes argentinos, brasileiros, chilenos, uruguaios, peruanos e bolivianos em cenários de emergência foi imposto pela sequência de severos desastres naturais (furacão Jeanne em 2004, terremoto em 2010, furacão Matthew em 2016), somados à epidemia de cólera que eclodiu em 2010. Interpretado como uma forma de “humanitarismo armado” (O’Neill, 2016), este tipo de atuação se tornou, para as FFAA da região, um terreno de treinamento, que desde então pode ser aplicado em contextos domésticos e/ou internacionais.¹¹

Entre os pontos destacados nesta aprendizagem sublinha-se a interação com ONG’s no contexto de atendimento a populações afetadas. Vale mencionar que a experiência no Haiti também significou um *locus* de treinamento humanitário para grupos e organizações sociais latino-americanos, especialmente na área de saúde pública, e de envolvimento em tarefas humanitárias de organizações sociais latino-americanas.¹²

Deve-se ainda sublinhar o valor da experiência no Haiti para a cooperação para o desenvolvimento e assistência humanitária latino-americana. Os primeiros anos da MINUSTAH foram virtuosos para estimular a oferta de programas e ações pontuais no Haiti nas áreas de saúde, alimentação educação, fortalecimento institucional e infraestrutura. A parceria entre o Haiti e governos da região, com o sem presença militar no país, criou uma articulação positiva entre cooperação e intervenção. Não obstante, apesar de sua importância nas agendas de cooperação bilaterais, a Cooperação Sul-Sul latino-americana em solo haitiano nunca pode superar seu perfil

¹¹ Para os militares argentinos, por exemplo, o envolvimento em contextos de crises humanitárias adquiriu nova transcendência durante os anos de sua atuação na MINUSTAH (2004-2015). Definidas como “ações cívicas”, o trabalho de atendimento à população local em situações de carências severas tornou-se parte essencial da experiência acumulada no Haiti (Frederic, 2017).

¹² Mencionam-se os casos das organizações Viva Rio (Brasil) e Un Techo Para Mi Pais (Chile).

dispersivo, o que coloca em questão o sentido regional desta presença.¹³ A partir do terremoto de 2010 este cenário se altera dramática e irreversivelmente (Hirst, 2013). O peso econômico e político adquirido pela comunidade de doadores, as iniciativas descontroladas de ONGS internacionais e a fragilização do Estado haitiano somados, reconfiguraram a ajuda mundial ao Haiti. As carências humanitárias tornam o foco da assistência enviado, tanto por donantes do norte como por provedores do sul. Esta mudança se manteve nos anos recentes e dificilmente poderá reverter-se no futuro próximo.

Um balanço “bem brasileiro”

O Brasil concluiu sua missão no Haiti em 10 de outubro de 2017, depois de uma permanência de mais de 13 anos. Um pequeno adiamento da retirada foi necessário para atender o impacto do Furacão Irma nas cidades costeiras de Port-de-Paix e Cab Haitien (norte e nordeste do país). Entre as responsabilidades finais dos militares brasileiros esteve a de desmontar as instalações de outros contingentes da região, como Uruguai, Chile e Peru, para a devolução do território a seus proprietários locais. Algumas vozes críticas no próprio meio militar brasileiro questionaram a demora da retirada brasileira.¹⁴

Mas de uma maneira geral, o comando militar da MINUSTAH, até a sua dissolução, veio sendo magnificado pelas autoridades brasileiras, em vista das lições apreendidas e do seu valor emblemático. Um tom enaltecido ganhou centralidade na narrativa oficial brasileira para referir-se aos anos de permanência no Haiti. Considerada “um novo capítulo na história militar do Brasil”, esta missão tem sido considerada uma fonte de projeção e reconhecimento mundial (Hamann; Teixeira, 2017, p. 4). De acordo com tal visão, esta experiência permitiu mostrar que o “Brasil responde de forma excepcional aos chamamentos das operações de paz” (VIEIRA NETO, 2017, p. 20).

Inegavelmente, esta experiência foi essencial para um processo de internacionalização do Ministério da Defesa, nutrindo um tecido de articulações bilaterais e multilaterais. O comando da

¹³ O texto de Bernabé Malacalza traça um perfil da CSS regional no Haiti durante o período 2004-2015 destacando as especificidades das presenças da Argentina, Brasil, Chile, México, Cuba e Venezuela.

Ver: <https://www.cooperacionsursur.org/images/descargas/2015/CTT01Premiolberoamericano.pdf>

¹⁴ Em declarações públicas o General Santos Cruz - *Force Commander* em 2007 e 2010 da MINUSTAH - afirmou que o Brasil já “deveria ter se retirado a muito tempo”.

missão propiciou às autoridades militares brasileiras uma interação com espaços da governança global, especialmente a Comissão de Construção da Paz nas Nações Unidas. Para o Brasil, a participação na MINUSTAH no período 2004-2017 significou o envio de 37 mil homens, o que em termos absolutos representa cerca de 12% do total de homens e mulheres que integram suas FFAA. Este percentual significou o envio de 26 contingentes que estiveram constituídos por 33 batalhões de infantaria e 24 companhias de engenharia. Entre os méritos sublinhados pelas autoridades brasileiras está o de que a missão não sofreu baixa em ação.

Para assegurar o preparo necessário, este envolvimento levou à criação do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), que ao longo destes anos ampliou e diversificou seu programa curricular (Teixeira, 2017). A inclusão de um componente militar-civil na preparação e presença no terreno foi parte deste processo (Aguillar, 2017). Para tanto buscou-se uma aproximação crescente com o âmbito acadêmico nacional, o que terminou gerando uma dinâmica de retroalimentação mutuamente benéfica. Do lado da academia, a presença prolongada no Haiti e a percepção sobre sua importância estimularam a criação, em 2016, da Rede Brasileira de Pesquisa sobre Operações de Paz (REBRAPAZ). Esta iniciativa espelhou o notável interesse acadêmico brasileiro em torno da atuação das FFAA na MINUSTAH, fosse pelo seu significado para a política exterior e de defesa do país ou quanto ao sentido de experimentação que esta adquiriu para sua replicação em contextos de (in)segurança pública no Brasil (Abdenur et alli, 2017). Este último ponto tornou-se uma questão levantada com frequência nos estudos sobre a militarização das políticas adotadas no Rio de Janeiro para lidar com os focos de violência e delito nos bairros periféricos (Rodrigues, 2012).

Revelações recentes mostram que se bem seja correta a constatação do significado de aprendizagem no sentido “Haiti – Rio Janeiro” para os militares brasileiros, a lógica inversa desta experimentação também se aplicada. Um claro exemplo foi a da colaboração buscada junto à organização Viva Rio (VR) para que levasse ao Haiti seus conhecimentos de mediação de conflito e soluções pacificadoras, empregados em espaços urbanos marginais do contexto carioca. A presença da VR significou também um desafio para os contingentes brasileiros, no que tange ao entrosamento com os métodos de trabalho das organizações não governamentais.¹⁵ Graças a esta convivência foi possível desenvolver uma parceria nos processos de pacificação de grupos

¹⁵ Vale mencionar, como exemplo, a participação de militares brasileiros procedentes do Rio em rituais sincretistas no Haiti. Ver: (Cesar, 2017).

armados, que no período 2007-2010 permitiu selar 6 acordos de paz (Cesar, 2017, p. 114). O encandeamento virtuoso desta colaboração foi interrompido em 2010 quando o terremoto impôs à população haitiana – especialmente na área de Porto Príncipe – uma agenda dominada por dramáticas necessidades humanitárias (ibidem, p. 115-6). A partir de então esta parceria se viu subordinada às vicissitudes da (in)capacidade de resposta adequada da comunidade internacional, dos problemas cotidianos de fragilidade institucional do governo local e do progressivo processo de fadiga que foi se abatendo sobre a MINUSTAH.

Um último ponto relativo à presença brasileira no Haiti se refere ao seu impacto migratório, estimulado pelos desastres ambientais durante a permanência da MINUSTAH. Estudos recentes destacam a expansão do segmento haitiano no fluxo internacional de migrantes que busca o Brasil como destino (Loureiro, 2015). Sua entrada no país tem se feito principalmente pelas fronteiras norte, desde o Peru ou Guiana, com deslocamentos posteriores aos centros urbanos da região sul e centro-sul, como Florianópolis e São Paulo.¹⁶ Muitas vezes expostos às condições precárias e violentas do tráfico ilegal de pessoas, estes haitianos encontraram amparo numa rede de proteção social, proporcionada por organizações religiosas, agências multilaterais e ONGS, que deve lidar com reações negligentes, morosas e insuficientes das autoridades estaduais e federais brasileiras.

A limitada atenção oficial à presença de haitianos no Brasil é um reflexo da irrelevância outorgada à atuação das FFAA no Haiti no âmbito parlamentar – em particular na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. O interesse manifestado na etapa inicial de envio dos militares brasileiros a esta e outras missões de Paz da ONU foi progressivamente esvaziado e substituído por visível indiferença (Okado, 2017). Haitianos no Brasil e brasileiros no Haiti também merecem uma atenção reduzida e ocasional na mídia local, com a exceção do momento de retorno da tropa ao país.¹⁷ A coincidência do término da MINUSTAH com a prolongada crise política no Brasil contribui ainda mais para este desinteresse.

Um balanço do balanço

¹⁶ Dados sistematizados pela Polícia Federal indicam que na Cidade de São Paulo em 2016 os haitianos apareciam em 5º lugar entre os imigrantes, constituindo um grupo de 65 mil pessoas (5,4% do total) (Cosmopolis, 2017, p.28). Ver também: (Nieto, 2014).

¹⁷ Ver: McFadden, David. ONU se prepara para retirar missão de paz do Haiti. *Caderno Mundo, Folha de S. Paulo*, 09/03/2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/03/1864967-onu-se-prepara-para-retirar-missao-de-paz-do-haiti.shtml>>. Acesso em: 31 out. 2017; Campos, Rodrigo. ONU decide encerrar missão de paz no Haiti comandada pelo Brasil. *Revista Exame*, 13 abr. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/onu-decide-encerrar-missao-de-paz-no-haiti-comandada-pelo-brasil/>>. Acesso em: 31 out. 2017.

A experiência da MINUSTAH ainda constitui um capítulo aberto para os estudos de RI na América Latina e no Brasil. Independente de avaliações críticas, é inegável seu impacto transformador para o relacionamento do Haiti com a região e especialmente com o Brasil. Alguns pontos finais de reflexão poderão contribuir para manter vivo o interesse acadêmico e político pelo Haiti e o futuro de suas relações com a região latino-americana:

- Tornou-se sistemática, no Conselho de Segurança da ONU, a valorização dos atores regionais e, principalmente, das organizações regionais em missões de paz. Estas assumem compromissos não somente de envio de contingentes, mas também de responsabilidades políticas no manejo das operações. A América Latina vem se mostrando especialmente reticente a aderir a esta tendência. A sua atuação em operações de paz permanece ocorrendo individualmente ou sob o guarda-chuva das Nações Unidas, mesmo quando se pretende desenvolver uma ação com um selo regional, como foi o caso da MINUSTAH. Este comportamento implica custos políticos e estratégicos para a região. O processo de pacificação e atualmente de estabilização na Colômbia, de enorme relevância, mostra claramente como a região optou por uma atuação fragmentada, que evita uma coordenação política. Também é visível o desinteresse por outorgar autoridade às suas organizações multilaterais – UNASUR e CELAC – para lidar com realidades complexas de pós-conflito e crise humanitária.
- A inclusão da nova MINUJUSTH sob o capítulo VII representa uma derrota para a região, no que concerne sua incidência sobre a inserção internacional do Haiti. Trata-se de uma decisão que imprime um selo neocolonial a esta inserção e significa um retrocesso político para este país. Ao mesmo tempo, a chancela explícita dos Estados Unidos para que a soberania haitiana se mantenha em estado de suspensão esvazia a marca latino-americana outrora outorgada à MINUSTAH.
- O relacionamento com os Estados Unidos – com o Comando Sul em particular – sempre esteve presente nos bastidores da MINUSTAH. A experiência no Haiti fortaleceu o vínculo interamericano das FFAA da região que participaram da Missão, especialmente no que

tange a troca de experiência e treinamento em crises humanitárias ocasionadas por desastres naturais.

- A atuação do Brasil em operações de paz nos anos recentes mostra uma tendência expansiva. Ela se dá com novas responsabilidades e desafios. A presença brasileira na burocracia das Nações Unidas e em missões específicas vem estreitando a articulação do país com a governança global. O predomínio de um tom enaltecido não significa uma ausência absoluta de visões críticas manifestadas no próprio meio militar brasileiro.
- A tarefa política primordial da nova missão da ONU será “limpar” a imagem deixada pela MINUSTAH, especialmente no que tange as recorrentes violações de direitos humanos praticadas por seus contingentes militares e a responsabilidade pela epidemia de cólera. Este legado representará um fator negativo para a MINUJUSTH em sua etapa inicial. Ao mesmo tempo existe o temor de que um vácuo entre uma e outra missão possa contribuir para tornar ainda mais frágil a realidade haitiana, tornando mais difícil atender aos três campos de atuação da nova missão: direitos humanos, estado de direito e força policial.
- O balanço é sombrio quanto às condições em que a MINUSTAH deixa o Haiti. Indicadores econômicos e sociais inspiraram preocupação sobre o futuro do país. Em meio a uma população de 10,5 milhões, há quase 40% de analfabetos, 12,2% com acesso à internet e menos de 20% das estradas pavimentadas. Só uma quarta parte da população tem acesso a saneamento básico e metade a água potável, o que torna o Haiti o país com infraestrutura mais pobre no hemisfério ocidental.¹⁸

São nulas ou reduzidas as melhorias no país quando se comparam os indicadores sociais de 2005 com os de 2016. Uma taxa de desemprego de 14,2 % pouco se diferencia de 13,2%, para uma população que ainda tem mais de 50% abaixo da linha de pobreza e, em 2012, 28% em condição de pobreza extrema. Além das graves carências institucionais que

¹⁸ Mais informações em: UNDATA. Haiti. Disponível em: <<http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=haiti#Social>>. Acesso em: 07 nov. 2017. Também conferir: KNOEMA, Atlas Mundial de Datos – Haiti. Disponível em: <<https://knoema.es/atlas/Hait%C3%AD/Tasa-de-desempleo>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

compromete a provisão de bens públicos o funcionamento da ordem democrática mostra sinais de precariedade.

As possibilidades de que a cooperação latino-americano possa atenuar esta realidade se reduz inevitavelmente a partir da retirada da MINUSTAH. O apoio logístico oferecido pelos contingentes militares e a própria vontade política dos pais provedores de tropas de manter a presença de anos anteriores tenderá a se esvaír.

- Por fim, já no plano político, o sistema semi-parlamentarista do Haiti além de implicar uma co-habitação com um presidencialismo acostumado a práticas verticais, não impulsiona mudanças na cultura representativa no país. Exemplo notável é a inexistência de **uma única mulher** entre os 129 parlamentares haitianos (30 senadores e 99 deputados) eleitos em 2017.

Referências Bibliográficas

Abdenur, Adriana Erthal et alli. (2017). O Brasil e a MINUSTAH: lições a partir da literatura acadêmica. In: Hamann, Eduarda Passarelli; Teixeira, Carlos Augusto Ramires (orgs.). *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*. Edição Especial – Coletânea de Artigos, Instituto Igarapé, Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), Rio de Janeiro.

Aguillar, Sergio Luiz. (2016). A Coordenação Civil-Militar nas Operações de Paz e o Brasil: algumas considerações. *Revista Brasileira de Estudos da Defesa*, v. 3, n. 2.

Cesar, Rubem. (2017). Respeito e Honra ao Haiti. In: Hamann, Eduarda Passarelli; Teixeira, Carlos Augusto Ramires (orgs.). *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*. Edição Especial – Coletânea de Artigos, Instituto Igarapé, Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), Rio de Janeiro.

Bernabé, Hector (2017) <https://www.cooperacionsursur.org/images/descargas/2015/CTT01Premiolberoameri cano.pdf>

Cosmopolis. (2017). *Imigrantes em São Paulo: diagnóstico do atendimento à população imigrante no município e perfil dos imigrantes usuários de serviços públicos*. Projeto de Extensão Universitária São Paulo Cosmópolis, Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.iri.usp.br/documentos/Cosmopolis%20Sumario%20Executivo%202017.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

Fontoura, Paulo Roberto C. T. da; Uziel, Eduardo. (2017). A MINUSTAH, o Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas. In: Hamann, Eduarda Passarelli; Teixeira, Carlos Augusto Ramires (orgs.). *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*. Edição Especial – Coletânea de Artigos, Instituto Igarapé, Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), Rio de Janeiro.

Frederic, Sabina. (2017). Explicar la eficacia de una operación de paz, buscando reconocimiento como militares: la experiencia de los cascos azules argentinos en Haití. *Revista del Museo de Antropología*, Universidad Nacional de Córdoba. Disponível em: <<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/antropologia/article/view/16437>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

Hamann, Eduarda Passarelli; Teixeira, Carlos Augusto Ramires (orgs.). (2017). *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*. Edição Especial – Coletânea de Artigos, Instituto Igarapé, Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), Rio de Janeiro.

Hirst, Monica. (2016a). O Brasil sob o impacto dos novos desafios conceituais e práticos das Operações de Paz. *Revista Brasileira de Estudos da Defesa*, v.3.n.2.

_____. (2016b). El nexus multilateral-regional de la intervención y la cooperación en Haití. In: Frederic, Sabina; Hirst, Monica (coord.). *La presencia de Argentina en Haití: Contexto global, regional y experiencia militar (2004-2015)*. Buenos Aires: Editora Teseo.

_____. (2017). Conceitos e práticas da ação humanitária latino-americana no contexto da securitização global. *Estudios Internacionales*, vol. 49. p. 147-178.

Malacalza, Bernabe (2015) “Unidad y dispersión. Balance de una década de Cooperación Sur-Sur Latinoamericana en Haiti <https://www.cooperacionsursur.org/images/descargas/2015/CTT01Premiolberoamericano.pdf>

Nieto, Carlos. (2014). *Migración Haitiana a Brasil. Redes migratorias y espacio social transnacional*. Colección Estudios sobre las Desigualdades, CLACSO, Buenos Aires.

Segura, Laura Moreno. (2017). ¿Haití sin la ONU? Balances y perspectivas de más de una década de la MINUSTAH. *Nueva Sociedad*. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/haiti-sin-la-onu/>>. Acesso em: 25 out. 2017.

Okado, Giovanni. (2017). A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e a MINUSTAH: entre a resistência inicial e a abdicação. In: Hamann, Eduarda Passarelli; Teixeira, Carlos Augusto Ramires (orgs.). *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*. Edição Especial – Coletânea de Artigos, Instituto Igarapé, Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), Rio de Janeiro.

Rodrigues, Thiago. (2012). Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. *Contexto internacional*, vol. 34, n. 1, pp. 9-41.

Teixeira, Carlos Augusto Ramires. (2017). Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil: história pós MINUSTAH. In: Hamann, Eduarda Passarelli; Teixeira, Carlos Augusto Ramires (orgs.). *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*. Edição Especial – Coletânea de Artigos, Instituto Igarapé, Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), Rio de Janeiro.

Vieira Neto, Floriano Peixoto. Epopeia militar brasileira no Haiti. In: Hamann, Eduarda Passarelli; Teixeira, Carlos Augusto Ramires (orgs.). *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017):*

percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Edição Especial – Coletânea de Artigos, Instituto Igarapé, Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), Rio de Janeiro.